

“UM ATLETA OLÍMPICO NÃO É FORJADO EM APENAS QUATRO ANOS. PRECISA DE OITO A DOZE ANOS PARA ESTAR PRONTO PARA DISPUTAR UMA OLIMPIÁDA, LUTAR POR UMA MEDALHA.”

Leonardo Meireles
Da equipe do Correio

TOMAR AS REDEAS



Estas, acima, são as frases iniciais de projeto que está sendo trabalhado desde o final de 1999 pelo Ministério do Esporte e Turismo e pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). Obviamente, o documento, apresentado na última segunda-feira, elogia o governo. E deixa claro: os primeiros quatro anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso serviram para formular uma política esportiva que não existia no Brasil. O projeto, chamado *Planejamento Estratégico do Esporte Brasileiro* — Brasil *rumo a 2004 e 2008*, foi feito para tornar o país uma potência olímpica depois dos Jogos de Sydney.

“Isto não é remendo por causa das últimas Olimpíadas”, garante Augusto Viveiros, presidente do Indesp. O primeiro passo para realizar o projeto será o Fórum Brasil Esporte, em Londrina (PR), em novembro. O encontro vai reunir comitês, confederações, universidades, patrocinadores e jornalistas para aprimorar o planejamento e será realizado todos os anos.

É uma forma de o Governo Federal colocar as mãos no esporte, como fazem países como Cuba e Austrália. É só dar uma olhada nos 14 pontos do Planejamento Estratégico para se dar conta disso. “O governo precisa saber das confederações esportivas o que elas necessitam em termos de infraestrutura física. A entidade deve apresentar o valor e o governo se planejar para que exista recurso”, exemplifica a minuta do projeto.

Mas não é só na parte da aquisição de material que o governo quer agir. O planejamento engloba convênios com outros países para troca de conhecimentos entre técnicos e atletas, combate ao doping (ligado à Secretaria Nacional Anti-Drogas), formação de centros de excelência e uma academia de treinadores e a valorização da Educação Física na escola.

“O esporte é uma ilha cercada de dificuldades por todos os lados. Mas vamos construir as pontes e os istmos para o continente do desenvolvimento”, filosofa Viveiros. Nenhum efeito será maior para o desporto se alguns pontos do Planejamento Estratégico forem cumpridos à risca.

Para que o Governo Federal tivesse mais peso nas entidades esportivas, o que é proibido pela Constituição, o Indesp baixou portaria que condiciona o repasse de recursos à realização de cursos de capacitação dos dirigentes. Além disso, o Ministério do Esporte e Turismo e o Indesp solicitam às confederações que mandem os índices das provas internacionais para mapear a evolução dos atletas.

O governo tentará criar anteprojeto de lei para deslocar 3% do Seguro Obrigatório de Veículos Automotores para atletas portadores de deficiência. O desconto de 1% no imposto de renda de pessoas jurídicas também está sendo pensado. O objetivo é arrecadar R\$ 100 milhões por ano para projetos para crianças e adolescentes. E o projeto pretende conseguir mecanismo que dê às empresas de material esportivo renúncia fiscal de 3%, o que possibilitaria a realização do programa Bolsa Atleta Olímpico.

Para completar o triângulo atleta-dinheiro-competições, ministério e Indesp vão se juntar ao Comitê Olímpico Brasileiro para trazer torneios sul-americanos e pan-americanos, os Jogos Olímpicos e os Paralímpicos para o Brasil até 2012. Só que, até 2006, segundo o Governo, a prioridade de investimento seria levar os brasileiros para competir cada vez mais no exterior.

CLASSIFICAÇÕES COMPROVAM MAU DESEMPENHO

O público está acostumado a só ver a tabela de classificação das Olimpíadas na qual o que conta primeiro é o número de medalhas de ouro. Assim, nos Jogos de Sydney, os Estados Unidos ficaram na liderança e o Brasil, na 52ª colocação. Mas há tabelas de classificação que levam em consideração outros quesitos. Não que isso vá mudar a condição do Brasil, que conquistou seis medalhas de prata e seis de bronze na

Austrália. Mas aumenta a responsabilidade do país na conquista do lugar mais alto do pódio. Com uma população estimada de 170 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto que chegou, até agora, a R\$ 961 bilhões, o Brasil teria condições de fazer mais nas Olimpíadas. Outros países, com mais dificuldades ou menos estrutura, conseguem desempenhos olímpicos muito melhores que o do Brasil.

POR TOTAL DE MEDALHAS	País	Medalhas	País	Índice	País	Índice
	1º EUA	97	1º Costa Rica	3,5	1º Bahamas	0,15
	2º Rússia	88	2º Etiópia	3,8	2º Barbados	0,27
	3º China	59	3º China	4,8	Islândia	0,27
	4º Austrália	58	4º Rússia	5,2	4º Austrália	0,33
	5º Alemanha	57	5º Moçambique	6	5º Jamaica	0,37
	6º França	38	Romênia	6	6º Cuba	0,39
	7º Itália	34	Geórgia	6	7º Noruega	0,45
	8º Cuba	29	8º EUA	6,2	8º Estônia	0,47
	9º Coreia do Sul	28	9º Vietnã	7	9º Catar	0,56
	Grã-Bretanha	28	10º Bulgária	7,3	10º Hungria	0,59
	21º Brasil	12	51º Brasil	17,1	66º Brasil	14,22

ARTIGO TRANSFORMAR EM POTÊNCIA OLÍMPICA

Carlos Arthur Nuzman
Especial para o Correio

Desde julho de 1995, tenho trabalhado para cumprir alguns objetivos que me levaram a aceitar o desafio de comandar o esporte olímpico do país. O maior deles é diminuir a distância que nos separa das principais potências do mundo, equiparando o Brasil a países que escolheram o esporte como uma das ferramentas de educação, socialização e representação. O segundo é trazer os Jogos Olímpicos para o nosso país. No entanto, embora sejam ações que se complementem, o objetivo de tornar o país uma potência olímpica independe do sonho de fazer de uma cidade brasileira sede dos Jogos.

Vivemos uma cultura imediatista que nada tem a ver com experiências vitoriosas de outros países. Formar uma geração olímpica capaz de disputar medalhas em diversas modalidades requer análise minuciosa do que somos e do que pretendemos ser em termos olímpicos. Requer um trabalho de, no mínimo, 8 a 12 anos para obtermos os primeiros resultados. O primeiro passo é estabelecer uma política nacional que permita fazer do esporte instrumento de educação e socialização das crianças e dos jovens. A iniciação e a formação esportivas são fundamentais para podermos garimpar os talentos e valores, tendo em vista o esporte de alto rendimento. Para isso, é fundamental que a Educação Física volte a ser obrigatória nas escolas, assim como é necessário construir instalações esportivas.

As possibilidades que o esporte oferece para a sociedade são imensas e vão desde a luta contra as drogas até a geração de empregos para milhares de trabalhadores. Como exemplo, o COB tem em mãos projeto pioneiro: o Centro Olímpico de Desenvolvimento de Talentos, local destinado a estudantes da rede pública de ensino, que irão dispor de orientação técnica esportiva e cursos profissionalizantes em diversas áreas. No esporte de alto nível, necessitamos de, no mínimo, dois Centros Olímpicos de Alto Rendimento (...)

Porém, nada se faz sem dinheiro. Países que ocupam os pódios internacionais dispõem de milhões de dólares anuais para aplicação no esporte. Em todos os casos, a participação do governo é marcante, seja na destinação de verbas públicas ou na criação de incentivos que atraiam investimentos das empresas privadas.

Apesar de todos os problemas estruturais, nossa participação nas competições internacionais tem melhorado a cada ano e as doze medalhas de Sydney são prova dessa evolução, ainda que tímida diante dos exemplos de nossos concorrentes. À exceção do futebol, ao qual sempre é atribuído um favoritismo constante, devemos analisar os demais resultados com um olhar diferente. Se no futebol só vale o título de campeão ou a medalha de ouro, o mesmo não se aplica às outras modalidades. Daí, a certeza de que nosso desempenho em Sydney foi bastante expressivo, com a participação em oito disputas de medalha de ouro, marco superior aos Jogos de Atlanta. Nota que já existe uma consciência coletiva da necessidade de se investir no esporte olímpico no Brasil. Porém, o melhor é perceber que o sonho de transformar este país numa potência olímpica é possível de se realizar.

CARLOS ARTHUR NUZMAN É PRESIDENTE DO COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). LEIA O ARTIGO NA INTEGRAL NA INTERNET: WWW.CORREIOWEB.COM.BR

▶ LÁ: COMO OUTROS PAÍSES PLANEJARAM A LONGO PRAZO A CONQUISTA DE MEDALHAS OLÍMPICAS
▶ AQUI: COMO O BRASIL PLANEJA, DESDE O FINAL DE 1999, CONQUISTAR MEDALHAS OLÍMPICAS

pensar

CORREIO BRAZILIENSE Domingo, 15 de outubro de 2000

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE FATOS QUE IMPEDEM O BRASIL DE DAR SALTO NO ESPORTE

José Cruz
Da equipe do Correio

Depois de 111 anos de República e 80 anos em olimpíadas — disputou a primeira em 1920, na Antuérpia —, o Brasil ainda não encontrou o seu rumo. Pior: com os Jogos de Sydney, fecha o século despendendo na classificação dos países medalhistas, saindo do 25º para o 52º lugar. E, historicamente, retrocede 24 anos, repetindo Montreal — 1976, a última vez que havia retornado de uma olimpíada sem medalha de ouro.

Quando aquele animal de nome pomposo — Baloubet du Rouet — e de espetacular valor — 6 milhões de dólares — decidiu desobedecer a parceria com o cavaleiro tricampeão mundial, Rodrigo Pessoa, e se comportar como um pangaré (ignorando a solenidade olímpica), não só frustrou nossa última chance de medalha de ouro em Sydney, como simbolizou a realidade esportiva do país: empacou.

O Brasil olímpico é isso. Luta para desempacar, mas cada um puxa a rédea para o seu lado: dirigentes e políticos, num desentrosamento repetitivo, agravado pela falta de investimentos sistemáticos e ordenados — isto é, com planejamento a longo prazo — de empresas particulares, numa visão ainda míope do que significa marketing esportivo. Para piorar, há omissões, como as universidades em geral, que detêm, em todos os segmentos do esporte, um patrimônio cultural enorme, mas que são de uso exclusivo das classes sociais privilegiadas. Além, claro, de expor uma enorme ociosidade de seus laboratórios e espaços esportivos, que poderiam estar a serviço de atletas de nível olímpico.

Quem paga por esse esbanjamento descontrolado de bens públicos? Ora, se é público, já se sabe quem paga. Então, quem é o responsável por tais omissões?

ATLETAS

No meio desse labirinto está o atleta, ansioso por buscar resultados, por conquistar lugar em campeonatos mundiais, índices olímpicos, enfim. Mas, muitas vezes, sem saber para onde ir. Mesmo porque, na maioria das modalidades — sem exagero — não há para onde ir, pois não existe caminho para orientar, para direcionar os nossos talentos esportivos. Quem tem essa incumbência elementar no Brasil?

Diante dessa realidade, a primeira pergunta é: queremos desempacar desse atoleiro, que coloca no pódio da humilhação internacional o esporte de um país de 8 milhões de quilômetros quadrados e 120 milhões de habitantes? No discurso político, claro que todos querem sair dessa situação. No dia-a-dia, porém, a prática é outra.

A ex-rainha do basquete Hortência, que acompanhou os Jogos de Sydney como comentarista da TV Bandeirantes, resume a realidade da escassez de medalhas olímpicas, mostrando que elas refletem a realidade do Brasil de hoje: inseguro, medroso, sem confiança. E concluiu: “Se ganhassemos mais medalhas seria uma injustiça, pois estaríamos mascarando a nossa realidade. Agora sim, mostramos o que somos.”

Somos o quê? Um país que não pode investir no esporte, porque os problemas sociais são prioritários? Mas o esporte — de lazer ou de competição — não é alternativa para problemas sociais envolvendo menores? Claudinei Quirino e André Domingos, do revezamento 4 x 100m, prata em Sydney, não são exemplos de atletas formados nessa escola? Não é suficiente para que o governo veja o esporte como instrumento de projetos sociais efetivos, e não paliativos, e de oportunidade político-partidária?

Nesse sentido, deve-se salientar o projeto Navegar, desenvolvido por Lars Graef, diretor de Projetos Especiais do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). A iniciativa ensina a menores carentes os fundamentos do iatismo, ao mesmo tempo em que orienta a garotada sobre os



Pierre Mulher/AFP

princípios básicos da cidadania. Numa conversa sincera, mostrando que está ligado na questão, Gustavo Kuerten despacha: “Pô, cara! Se o Brasil vai investir muito dinheiro no esporte, acho que primeiro tem que investir na educação e também para acabar com a miséria”. Sem constrangimentos, ou meias palavras, este é o outro lado de Guga, o tenista que ajuda a mostrar, mundo afora, o que ainda sobra do orgulho do esporte brasileiro. Porque, nesta história de orgulho, nem o futebol se salva.

Quando o Brasil entra no campo da competição olímpica é que aparece, lamentavelmente, toda a frágil estrutura do esporte nacional. “Se as autoridades quiserem ter equipes vitoriosas, têm que começar a formar o atleta pela base, desde criança”, afirma Digenal Cerqueira, técnico da Seleção Brasileira de handebol feminino. Ele lembra que, antes, os atletas surgiam nos Jogos Escolares. A competição acabou há anos e está sendo reativada somente agora. Nesse período, também terminou a obrigatoriedade da prática da Educação Física nas escolas.

Com isso, o potencial dos atletas é revelado muito tarde. E quando ele começa numa determinada modalidade, não tem os fundamentos básicos do esporte — saber saltar, equilibrar-se, elasticidade, alongamentos etc. “Isso se aprende na escola, é básico, é aí que começa a se formar um atleta”, diz Cerqueira. Uma lição elementar, mas esquecida pelo país.

Quo contrário do Brasil, na Austrália o grande fornecedor de atletas — depois das escolas — são os clubes sociais. No país —

quarto colocado nos Jogos que promoveu —, quem se destaca numa determinada modalidade é encaminhado para um dos centros esportivos. Em Camberra, 70% da delegação brasileira fizeram adaptação no Instituto Australiano de Esportes, onde treinam algumas estrelas mundiais, como os nadadores Ian Thorpe e Alexander Popov.

É o que falta ao Brasil, embora sobre universidades e já existam oito centros de excelência. “O esporte no Brasil ainda é amador se comparado com outros países. Temos atletas que ainda não se dedicam 100% ao esporte. Poucas modalidades conseguem competir com os melhores do mundo. E as Olimpíadas não são mais um evento amador, mas profissional. Precisamos modificar essa mentalidade no Brasil”, analisa Ricardo Acioli, técnico da equipe brasileira de tênis.

Essa está a que se está o mais mal resolvida em nosso país. É o que precisa, agora, é que haja um ministério envolvido com os assuntos do esporte, e não exclusivamente com a distribuição de verbas, muitas vezes de forma político-assistencial. O que se precisa é de um Ministério da Educação atento ao desporto escolar, hoje, para que se tenha atletas de rendimento, amanhã. Precisa-se muito mais do que encontros de atletas com o presidente da República, cujo diálogo é distorcido diante da realidade que vivemos.

Essas mudanças devem continuar nas confederações, promovendo a renovação de seus quadros de direção que respeitem, antes de tudo, o atleta. Como se explica que no judô, por exemplo, um exame de faixa preta custe R\$ 300,00? Para onde vai este dinheiro? Quem presta contas dele? Quantos atletas em potencial fogem do tate — e, por isso, ficam longe do pódio olímpico — por não ter como cumprir essa exigência?

E o que diz a legislação esportiva? A Lei Pelé, remendada recentemente no Congresso, alijou de seus artigos todos os atletas fora do futebol. Em resumo, atletas de basquete, tênis, vôlei, natação, enfim, com contrato com os seus clubes, não estão obrigados a ter carteira profissional assinada — contrariando a legislação trabalhista — e sequer seguro-saúde.

Tudo isso pode parecer elementar. A realidade, porém, é que, a cada olimpíada, atletas, técnicos, dirigentes, torcedores e jornalistas ficam fazendo contas do “será que vai dar”? É lamentável que o esporte fique na dependência de medalhas só do hipismo, da vela, na medida em que se aproxima o fim da competição, porque as outras modalidades ficaram pelo caminho.

Esta não é uma crítica isolada, de ocasião. Há muito, o Correio Braziliense bate na tecla da necessidade de mudar para evitar tragédias como a de Sydney. Com este Pensar voltado para o assunto olímpico, o jornal confirma o seu propósito de continuar aberto a discussão do tema, que não deve ser apenas de quatro em quatro anos, mas contínua, persistente.

CIÊNCIAS FILOSOFIA ARTE LINGUAGEM HISTÓRIA CIÊNCIAS FILOSOFIA ARTE LINGUAGEM HISTÓRIA CIÊNCIAS FILOSOFIA ARTE LINGUAGEM HISTÓRIA

EDITOR: SÉRGIO DE SÁ SUBEDITOR: NATAL ESTUÁQUIO PENSAR@CBDATA.COM.BR